

O Congresso Silenciado

Movimentos sociais, mídia e o Plano Nacional de Educação

*Fabiana Santos Pereira*¹
*Sergio Dayrell Porto*²

Resumo

O trabalho apresenta uma análise hermenêutica de textos publicados pela grande mídia sobre o PL do Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional. A análise parte da antecipação de que o tema, que possui forte movimento social engajado no CN, não é coberto pela mídia como poderia. É utilizado o método das *Seis leituras em massa folhada* e abordado o discurso social estereotipado de que educação é prioridade.

Palavras-chave: silêncio, política, discurso, educação, movimentos sociais

Abstract

The paper presents an hermeneutic analysis of texts published by the mainstream media on the bill of the National Plan for Education in the Brazilian National Congress. The analysis is built on the anticipation that the theme, which has a strong social movement engaged in the Congress, is not covered by the media as it could. It used the method of “Seis leituras em massa folhada” and approached the stereotypical social discourse that education is a priority.

¹ Coordenadora de Comunicação Social da Capes/MEC
Jornalista pela Universidade Católica de Brasília
Lato sensu em Agentes de Inovação Tecnológica pela Abipti/Fucapi
bianaseixas@gmail.com

² Pesquisador associado sênior da Universidade de Brasília
PhD e pós-doutor em comunicação pela McGill University, Montreal, Canadá
Doutor, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq -
sergiodayrellporto@gmail.com

1. Introdução

Neste trabalho propomos uma análise hermenêutica do que chamaremos de Congresso Nacional Silenciado, sendo o termo silenciado como apresenta Eni Orlandi, no livro *As formas do silêncio* (1993). Partindo da antecipação de que os veículos impressos da grande mídia (revistas semanais e jornais diários) não cobrem todos os temas presentes no Congresso Nacional, mas somente parte dele, que é a fatia que atende a interesses estratégicos do chamado jornalismo de resultados³, faremos uma análise dos textos divulgados sobre o Projeto de Lei (PL 8.035/10) - Plano Nacional de Educação (PNE), que teve comissão temporária especial criada pela Câmara dos Deputados para tratar a proposta.

O tema foi escolhido para análise por ter tido uma grande participação dos movimentos sociais na apresentação de emendas ao projeto de lei, cerca de 3 mil (2.915). O número surpreendeu, pois foi uma marca nunca antes alcançada por um projeto de lei em análise, comparando-se apenas à Constituinte de 1988, segundo matéria da Agência Câmara de 6 de junho de 2011. O número de propostas de modificações do texto original se dá pelo fato de a maioria das emendas apresentadas pelos parlamentares abordar temas sugeridos pelos movimentos sociais e que não foram atendidos pelo Ministério da Educação durante a produção do texto entregue à Câmara, em dezembro de 2010. Vale ressaltar que das 2.915 emendas, a Comissão reduziu para 445 que foram, de fato, utilizadas para construção do relatório final.

No parecer do relator do projeto, o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), apresentado no final de maio de 2012, estão relacionados os movimentos sociais⁴ que tiveram participação ativa para o texto final do substitutivo ao projeto do Executivo.

No entanto, mesmo com todo o registro de mobilização social no âmbito do projeto que norteará as ações da educação brasileira na próxima década, a grande mídia não cobriu, como poderia, as ações e mobilizações realizadas durante o período de 19

³ Artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, *Jornalismo de resultado*, publicado em Carta Capital, 18 de abril de 2012, pág. 27.

⁴ Fórum Nacional de Educação (FNE), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), Movimento Todos pela Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB) e a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos Excepcionais (APAEs).

meses de debate do PL na Câmara dos Deputados. Desta forma, a relação da grande mídia com os temas de relevante interesse social, que não se encaixam nos temas de interesses políticos e econômicos imediatos, como a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Cachoeira e o julgamento dos envolvidos no caso do “mensalão”, permite a formalização de outra antecipação: a grande mídia tem o poder de silenciar assuntos que não atendem a seus interesses estratégicos.

O período de análise se foca nos meses de março a junho de 2012, sendo utilizados também textos a partir da entrega do projeto ao Congresso, no final de 2010. A análise encerra com os textos sobre a aprovação pela comissão especial, no dia 26 de junho, do texto do relator e do destaque que previa 10% do PIB para a educação na próxima década, ponto este o mais polêmico do PL.

2. Análise hermenêutica por meio do método O Caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada⁵

Para o exercício de análise de discurso foram selecionados quatro textos divulgados sobre o PNE, publicados por quatro veículos, sendo dois da grande mídia (Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo), um oficial (Agência Câmara) e outro especializado (Jornal da Ciência). Utilizamos ainda o método *O Caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada* de Sérgio Dayrell Porto, também autor deste artigo. O método, como Porto define, é uma construção inventiva de como interpretar textos midiáticos, principalmente os escritos, utilizando a metodologia de análise de discurso, de origem francesa. O autor define seis tipos de leituras: polissêmica ou literária; parafrástica; arqueológica; enunciativa; argumentativa ou de estratégia discursiva; e de acontecimento.

Heidegger, em artigo⁶ de Fernando Barros e Sérgio Porto, argumenta que o homem também está no mundo, mas não no modo como pedras e árvores estão, pois elas são “sem mundo”. Alguns assuntos no Congresso Nacional estão sem mundo, não existem, pois são silenciados pela mídia.

⁵ PORTO, Sérgio Dayrell, *Análise de Discurso: os caminhos das seis leituras interpretativas em massa folhada*. Brasília: Casa das massas, 2010.

⁶ BASTOS, Fernando e PORTO, Sérgio Dayrell, *Análise hermenêutica*, in DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio, *Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: editora Atlas, 2ª edição, 2006.

Para o exercício, foram utilizados os seguintes textos⁷:

Disque-Câmara: 72% dos entrevistados não acompanham debate sobre PNE, publicado pela Agência Câmara no dia 2 de dezembro de 2012;

Relator diz que não vê necessidade de 10% do PIB para a educação, publicada pela Folha de S. Paulo no dia 30 de maio de 2012;

O Mobilização social e argumentação técnica foram fundamentais para garantir os 10% do PIB para Educação, publicado pelo Jornal da Ciência, em 28 de junho de 2012.

Demagogia na educação (Editorial), publicado pelo Estado de S. Paulo no dia 29 de junho de 2012.

Os textos foram escolhidos por um recorte subjetivo, porém representativo, feito pelos autores. O primeiro, *Disque-Câmara: 72% dos entrevistados não acompanham debate sobre PNE*, reforça o imaginário de que a Câmara preza a participação popular nos debates da Casa, o que reforça o sistema democrático. O texto apresenta também um discurso de certa preocupação com o desconhecimento da população sobre assuntos importantes para a sociedade, no caso a educação. A Câmara dos Deputados mantém vários canais de acesso ao público com informações sobre as atividades legislativas. No entanto, uma pequena parcela da população utiliza esses meios para se informar.

O texto afirma que a legislação brasileira sobre educação é desconhecida pela maioria dos entrevistados. A afirmação teve como base pesquisa feita pela própria Câmara.

Utilizando o Caminho das seis leituras, fizemos uma leitura arqueológica, pois a autora, Carolina Pompeu, recupera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional que completa 12 anos em 2012 e as fontes citadas no texto fazem referências a representações sociais sobre a relação da população brasileira com o tema educação.

Denise Jodelet, diz que a representação social tem como seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). “A representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito)” (2001: 27). As características do sujeito e do objeto nela se manifestam. No

⁷ Os textos na íntegra seguem no Anexo 1 deste artigo.

texto da Câmara, o doutor em Educação Erasto Fortes avalia que a população costuma olhar para a educação de forma superficial.

“As famílias, de uma forma geral, têm até grande preocupação de que seus filhos estudem. Elas, contudo, não têm uma visão do que a educação pode efetivamente fazer na vida das pessoas. Preocupam-se somente com a frequência dos estudantes”, afirma.

Utilizando também para a análise as Vozes narrativas e jogos de poder⁸, de autoria de Luiz Gonzaga Motta, que define os narradores de um texto jornalístico e seus respectivos papéis na narração jornalística, a matéria traz como terceira narradora, a diretora-executiva da ONG Todos pela Educação, Priscila Cruz, que diz acreditar que o desconhecimento da população sobre a legislação em educação “não é tão grande. Sem uma avaliação histórica, não há como analisarmos tendências”. De acordo com Motta, o terceiro narrador,

é a personagem (ou personagens) das notícias, que originalmente são as fontes da matéria: vozes dos atores sociais ouvidos como fontes, que vão se manifestar como personagens no interior do relato das notícias, com papéis e falas próprias. O Terceiro-narrador está hierarquicamente submetido aos interesses dos jornais e jornalistas, que detêm o poder de incluir, excluir, hierarquizar. (2012: 16)

No texto da Agência Câmara, Priscila Cruz diz que o PNE deverá entrar no vocabulário geral quando for aprovado. “Até agora, de acordo com a diretora, o debate está restrito aos leitores de jornais escritos, ou seja, à minoria da população.”

Hans-George Gadamer (2006), no livro *O problema da consciência histórica*, diz que compreender é participar de uma perspectiva comum. Se a população brasileira de forma generalizada ainda carece de um bom nível educacional, temas ligados à educação não fazem parte de sua agenda de assuntos de interesse. Ao mesmo tempo, não se pode cair na teoria do déficit cultural e culpar as vítimas, como aborda Paulino Motter (2008), em sua tese de doutorado. Segundo o autor, a teoria defende que os pais de famílias pobres não estão preocupados o suficiente sobre a educação de seus filhos.

⁸ Luiz Gonzaga Motta (2012: 16)

Por este motivo, há ênfase dos movimentos sociais em contribuir para aumentar a importância da educação na vida dessa classe social.

Podemos aqui confirmar nossa antecipação. Se a grande mídia tivesse uma participação maior na divulgação de outros temas em debate no Congresso Nacional, talvez assuntos como o PNE não estivessem tão restritos a certos grupos engajados socialmente.

O segundo texto escolhido para análise, *Relator diz que não vê necessidade de 10% do PIB para a educação*, é um exemplo de como a grande mídia despreza alguns temas. O relator do PL dizer que não vê necessidade de 10% do PIB para a educação vai contra todos os apelos da sociedade civil organizada. Apesar disso, a informação foi divulgada pela Folha como um simples acontecimento, conforme definição de Maurice Mouillaud no livro *O jornal: da forma ao sentido*, ou seja, como fato. “O acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do fato.” (2002:51) Das cerca de 3 mil emendas apresentadas ao projeto do novo plano apenas uma defendeu um patamar de investimento inferior aos 10% do PIB. A Folha, simplesmente, deu a notícia como fato, sem realizar nenhuma análise sobre o seu impacto.

A própria matéria ressalta que o percentual do PIB é o principal foco de debate do PL e apresenta a seguinte declaração do relator: “Eu acho que os 7,5% são suficientes para enfrentar os problemas estruturantes da educação brasileira. A bandeira dos 10% é muito mais política”, disse o petista.

Fica claro que o relator, por ser do mesmo partido do governo, defende um percentual quase igual ao proposto pelo Executivo. O projeto original previa 7%, já o relator sugeriu que o percentual passe para 7,5%. Porto (2010:47) cita Maurice Mouillaud que diz que entre fato e acontecimento, flui a narrativa jornalística. Numa leitura parasfrática sobre o texto da Folha pode-se dizer que a narrativa não fluiu, se fechou em informar o fato da opinião do relator sobre o ponto mais polêmico do projeto.

Para análise do editorial *Demagogia na educação*, apesar de não ser um texto noticioso, utilizamos a leitura de acontecimento, por ter sido publicado logo após a aprovação do projeto. Em seu primeiro parágrafo, o texto diz que a emenda que obriga a aplicação de 10% do PIB para educação foi aprovada em clima de assembléia

estudantil. Conforme orienta Porto (2010:44), a leitura de acontecimento deve “procurar saber se a narrativa flui normal e livremente, sem atropelos lógicos, ou se existem contradições argumentativas”. O editorial do Estadão não flui livremente, pois começa com um tom argumentativo ao comparar a aprovação do item mais polêmico do PL com o clima de assembléia estudantil, o que, numa leitura parafrástica, tenta reduzir a importância da aprovação. Ainda com esta leitura, entendemos que o autor utilizou o imaginário de que movimento estudantil não possui legitimidade.

Com uma leitura arqueológica o autor lembra o histórico de aplicação de recursos, passando de 3,9% do PIB em 2003 para os 5% atuais e ressalta a participação social para a aprovação dos 10%, apesar de minimizá-la ao dizer que os movimentos utilizaram pretextos, como a valorização do magistério, para pressionar a comissão.

O editorial argumenta que o problema da educação brasileira não é escassez de recursos, mas sim uma “gestão perdulária”. O autor estaria defendendo o discurso de que não é necessário mais verba para educação? É fato que o país enfrenta sérios problemas na área educacional, como greve de professores de todos os níveis por melhores salários e condições de trabalho, greve de alunos pedindo melhor estrutura para estudar, educação básica ainda deficiente, entre outros problemas, mas o texto argumenta que os problemas são, apenas, de má gestão e não de falta de recursos.

Por outro lado, o próprio editorial cita a posição do governo com relação ao texto aprovado na Câmara. “Terminada a votação, o MEC divulgou nota afirmando que, se for obrigado a gastar 10% do PIB em educação, o governo terá de tirar R\$ 85 bilhões dos outros Ministérios da área social.” O governo federal afirma não ter fonte para conseguir recursos do porte de outro MEC, mas não diz que não é necessário mais recursos. Desta forma, o autor termina o texto no formato argumentativo e, parafrasticamente falando, do mesmo “lado” do governo. “O Planalto espera que o projeto seja votado após as eleições, quando os senadores poderão agir mais responsabilmente do que os deputados.”

O último texto, *Mobilização social e argumentação técnica foram fundamentais para garantir os 10% do PIB para educação*, por ser de um veículo voltado a cobrir temas de educação, ciência e tecnologia, a abordagem é de comemoração com foco na mobilização social. Orlandi ressalta que o poder de silenciar (língua-de-espuma⁷)

encontra resistência nos movimentos sociais e jornais especializados, que trabalham com o não dizível, gerando o discurso da resistência (1993:104).

Numa leitura parafrástica, identificamos a presença do clima de co-participação, já que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma entidade engajada em assuntos ligados à educação tratados no Congresso Nacional. O texto, no entanto, demonstra em vários trechos preocupação com a futura tramitação do PL no Senado Federal. Um dos principais motivos é o fato de o governo federal já ter começado a sinalizar que vai tentar modificar no Senado a porcentagem aprovada na Câmara.

A matéria utiliza de vários terceiros narradores. Segundo Motta, mesmo entendendo que o terceiro narrador possui menor poder de voz, o poder simbólico é continuamente negociado.

Podendo refluir de dentro para fora dependendo do capital político de cada ator e a correlação de forças em cada situação de comunicação. O segundo e o terceiro narradores possuem cada um sua força política própria, e manobram astutamente artimanhas que põem consciente ou inconscientemente em prática um contra-poder em cada momento. (MOTTA, pág. 13)

Os terceiros narradores no texto, representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), da Campanha Nacional pelo Direito à Educação ganham mais ênfase do que os primeiro e segundo narradores, pois se entende que a vitória, até então, só foi possível por conta da mobilização dessas entidades.

3. Educação é prioridade? Uma análise das capas do jornal Folha de S. Paulo

Michel Foucault (1999) diz “que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar”. Na sociedade brasileira, é comum dizer que educação é prioridade. São discursos repetidos pelas mães e pais, pelos professores, pelos políticos, em especial em época de campanha eleitoral, e também pela mídia. No entanto, uma breve análise das capas da Folha de S. Paulo, dos

meses de maio e junho de 2012, é possível identificar a interdição do tema educação nas manchetes principais.

Para Orlandi, “de um lado, temos o grupo social (povo), do outro, a textualidade que lhe corresponde e constitui (discurso social)” (199:114). Na análise apresentada neste trabalho, partimos da antecipação de que educação como prioridade é um discurso estereotipado na sociedade brasileira. Orlandi diz que o estereótipo cumpriria, no discurso, “papel imaginário análogo ao do ‘pré-construído’ (o efeito do já dito que sustenta o dito)”. Desta forma, educação como prioridade se transformou em um discurso vazio dos sentidos originais. Para a autora, “na reprodução já há deslocamento, já há a não-reprodução: os sentidos reproduzidos em condições particulares podem ser carregados de outros sentidos possíveis, mas não ditos.” Passamos então a ler o não dito como esvaziamento do discurso da educação como prioridade para a sociedade brasileira.

Paulino Motter, em sua tese, ressalta que por muito tempo no Brasil o discurso sobre o tema educação era privilégio de educadores.

A educação tornou-se mais proeminente na mídia nacional em meados dos anos 1990, refletindo o ativismo do governo Fernando Henrique Cardoso na promoção de uma agenda global de reformas educacionais e o protagonismo de organizações ligadas à comunidade educativa e dos movimentos sociais mobilizados em torno de ações para defender o sistema de ensino público e resistir às reformas propostas (ANDI, 2000 e 2005; Ricardo Filho, 2005). (MOTTER:142)

Motter ressalta que, em geral, a mídia muitas vezes se baseou em pautas de deficiências para abordar questões sobre educação (MOTTER:176). Apesar do crescimento do tema nos meios de comunicação a partir dos anos 90, identificamos que, atualmente, a grande mídia não pauta o tema educação como prioritário, apenas mantém notas sobre o acontecido, ou ainda pautam temas de deficiência, que, em grande parte, buscam atingir governos federal e estaduais. Sendo este mais um exemplo do jornalismo de resultados.

Para demonstrar com o tema é ausente nos jornais, relacionamos as capas da Folha de S. Paulo de todos os dias do mês de maio de 2012 e duas capas do mês de junho, nos dias em que o PNE foi aprovado pela comissão especial da Câmara,

inclusive com os 10% do PIB tão demandados pelos movimentos sociais. O mês de maio foi escolhido, pelo fato de ser o mês em que o PL esteve em plena tramitação na Câmara dos Deputados.

Das 31 capas de maio e 2 do mês de junho do jornal Folha de S. Paulo, nenhuma aborda tema ligado à educação, nem mesmo a greve dos professores das universidades federais que se prolonga por mais de três meses. Das 33 capas, apenas 8 não tiveram chamadas sobre a CPI do Cachoeira (dias 5, 16, 19, 20, 21, 25 de maio e dia 26 de junho) e apenas 2 abordaram temas ligados à educação. A primeira, do dia 5 de maio, com chamada sobre a Ciranda do Livro, matéria do caderno Folhinha; a segunda, no dia 26 de maio, com chamada sobre a greve de alunos da Unifesp, matéria do caderno Cotidiano.

Os mais diversos assuntos estiveram presentes, mais de uma vez, nessas capas, eleição presidencial na França, mudança nas regras da poupança, seleção brasileira de futebol, greve do transporte público em São Paulo, acesso de hacker em computador da atriz global Carolina Dieckmann, obras da Copa do Mundo de Futebol, crise econômica européia, entre outros. Enzensberger, em trecho citado no artigo de Christa Berger⁹, diz que todos os dias somos confrontados com eventos zero. “Até mesmo os assim chamados ‘jornais de qualidade’ reportam principalmente eventos que literalmente nada significam.” O hacker da atriz global pode ser parafrasticamente analisado como evento zero, mas ganhou manchete de capa, enquanto que a greve dos professores das universidades federais não teve o mesmo tratamento, na verdade não existiu, pelo menos nas capas da Folha no período citado.

Utilizando o caminho das seis leituras, realizamos uma análise das capas da Folha de S. Paulo. Numa leitura polissêmica, podemos caracterizar as 33 capas¹⁰ como uma série de assuntos aleatórios de futebol à política internacional, mas sempre com o tema principal repetido dia-a-dia: a CPI do Cachoeira. Porto (2010:26) cita Ferdinand de Saussure, “um mesmo significado é capaz de gerar uma pluralidade de significantes”. Entendemos que o excesso de informação sobre um mesmo assunto, silencia outros. Numa leitura parafrástica, podemos perceber uma intenção real em não cobrir assuntos

⁹ BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica, in PORTO, Sérgio Dayrell (org). O jornal: da forma ao sentido. Editora Universidade de Brasília, 2002.

¹⁰ As imagens das capas estão no Anexo 2 deste artigo.

que possam interessar outros nichos da sociedade, os motivos podem ser vários, mas seria objeto de outra análise.

A leitura arqueológica pode ser utilizada nas capas dos dias 16 em diante, quando o tema Comissão da Verdade, passou a aparecer nas manchetes por conta da instalação da comissão pela presidenta Dilma. Na leitura argumentativa, não podemos deixar de identificar uma priorização dos temas Cachoeira, Demóstenes e articulação de Lula para silenciar o julgamento do mensalão.

Na leitura de acontecimento podemos questionar: o que aconteceu de importante no país está realmente na capa? Com a análise focada no tema educação, podemos afirmar que não. Claro que nem tudo vai para a capa do jornal, mas em 33 dias nem educação nem outros milhares de assuntos em trâmite no Congresso Nacional mereceram manchetes de capa, apenas o caso Cachoeira. E o resto das atividades legislativas que movimentam o CN diariamente? Estas estão no não dizível, no não mundo.

4. Conclusão

Ao realizarmos o exercício de análise da cobertura política da grande mídia, com foco na educação, em especial no projeto de lei do PNE, conseguimos confirmar algumas antecipações. Primeiro a de que o tema educação, assim como outros ligados ao Congresso Nacional, não está entre os temas priorizados pelos veículos da grande mídia. No entanto, identificamos que o assunto não deixou de ser noticiado, mesmo que apenas com pequenas notícias registrando o andamento da tramitação do PL. Não houve, para este tema, o silêncio total.

Outra conclusão é que não apenas os assuntos ausentes são silenciados, ou seja, o excesso de cobertura e pauta de um único assunto, que geralmente ocupa as áreas nobres dos jornais impressos pode também esvaziar o assunto, já que a repetição faz com que se percam os sentidos originais.

No tocante aos movimentos sociais, percebemos que eles podem ser fortes e engajados, mas configuram um movimento de resistência frente aos grandes veículos de imprensa que, basicamente, os ignoram como peças fundamentais ao processo político democrático do país.

Também concluímos que, num segundo momento, para enriquecer a pesquisa sobre o tema será necessário realizar entrevistas com os pauteiros dos grandes jornais e também dos especializados, identificando assim como funcionam suas rotinas produtivas.

Referências bibliográficas

Livros

- FOUCAULT, A ordem do discurso. Edições Loyola, São Paulo, 5ª edição, 1999.
- GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre (org.). O problema da consciência histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- JODELET, Denise (org). As representações sociais. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli, As formas do silêncio: no movimento dos sentidos, SP: Editora Unicamp, 1993.
- MOTTA, L. G. Análise crítica da narrativa, Editora UnB, Brasília, 2012.
- PORTO, Sérgio Dayrell, Análise de Discurso: os caminhos das seis leituras interpretativas em massa folhada. Brasília: Casa das massas, 2010.
- PORTO, Sérgio Dayrell (org). O jornal: da forma ao sentido. Editora Universidade de Brasília, 2002.

Sites

- <http://acervo.folha.com.br/>
- <http://www2.camara.gov.br/agencia/>
- <http://www.estadao.com.br/>
- <http://www.jornaldaciencia.org.br/index2.jsp>

Teses

- MOTTER, P. The role of the media in educational policy formation and legitimation in Brazil: 1995-2008. 2008. 356p. Tese defendida na University of Wisconsin-Madison.